

ELAS ROMPEM O SILÊNCIO: MULHERES NA LIDERANÇA PÚBLICA E PRIVADA NA AMAZÔNIA LEGAL E OS DESAFIOS DA DESIGUALDADE ESTRUTURAL

José de Ribamar Martins Arouche Filho
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA
jrmf26@gmail.com

Alan Rafael Lima de Sousa
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA
admalanrlsousa@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa os desafios institucionais e socioculturais enfrentados por mulheres que ocupam ou buscam ocupar cargos de liderança na Amazônia Legal, tanto na esfera pública quanto na privada. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em dados secundários de fontes oficiais e na literatura crítica interseccional, revelando que a desigualdade de gênero na região é atravessada por estruturas de opressão baseadas em gênero, raça e território. Identifica-se uma sub-representação persistente de mulheres nos espaços decisórios, agravada por práticas institucionais excludentes, ausência de políticas afirmativas e violência política de gênero. Em contraponto, o estudo destaca formas inovadoras de liderança construídas por mulheres amazônidas, sustentadas por saberes ancestrais, práticas comunitárias e redes de solidariedade. A análise evidencia que essas lideranças, embora marginalizadas institucionalmente, promovem modelos de desenvolvimento mais justos, sustentáveis e sintonizados com a realidade territorial. Conclui-se que fortalecer a liderança feminina na Amazônia Legal é essencial para a democratização do poder e a promoção de um projeto de desenvolvimento alinhado à justiça social e ambiental.

Palavras-chave: Liderança feminina. Amazônia Legal. Gênero e território. Interseccionalidade. Desigualdade institucional.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 5 – Igualdade de Gênero.

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia Legal, vasta região que abrange nove estados brasileiros, é marcada por uma riqueza socioambiental singular e por uma diversidade cultural que expressa os múltiplos modos de vida que ali coexistem. No entanto, essa complexidade territorial convive com profundas desigualdades históricas, sociais e institucionais. Em um cenário atravessado por disputas fundiárias, negligência política e invisibilizações sistemáticas, a atuação das mulheres nos espaços de poder públicos e privados tem sido frequentemente marginalizada. Seus saberes, práticas e formas de liderança são, muitas vezes, silenciados por estruturas que reproduzem assimetrias de gênero, raça e classe.

Embora as mulheres representem parcela significativa da força de trabalho na região Norte, sua presença em cargos de decisão permanece limitada. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) apontam que, mesmo com avanços pontuais, apenas 37,2% dos cargos de direção e gerência na região são ocupados por mulheres, uma proporção inferior à média nacional. No setor público, a sub-representação é ainda mais evidente: no Pará, apenas 20 dos 144 municípios são governados por mulheres (TSE, 2024). Esses números refletem barreiras institucionais como a ausência de políticas afirmativas e estruturas hierárquicas excludentes, além de entraves socioculturais ligados ao machismo estrutural, ao racismo e à persistência de estereótipos de gênero, especialmente quando se trata de mulheres indígenas, negras e ribeirinhas.

Discutir a liderança feminina na Amazônia Legal é, portanto, mais do que uma demanda por representatividade, trata-se de uma agenda estratégica que atravessa os eixos do desenvolvimento sustentável, da justiça territorial e da democratização do poder. A visibilização das múltiplas formas de protagonismo feminino é fundamental para a construção de políticas públicas inclusivas e práticas organizacionais sensíveis às especificidades do território. O debate sobre equidade de gênero, especialmente em contextos periféricos, precisa ser reterritorializado para reconhecer as resistências, saberes e experiências das mulheres amazônidas.

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados por mulheres que ocupam ou buscam ocupar posições de liderança na esfera pública e privada da Amazônia Legal, com ênfase nos condicionantes institucionais e socioculturais que moldam suas trajetórias. A análise considera o recorte interseccional, observando como gênero, raça e território se articulam para gerar desigualdades de acesso e permanência nos espaços decisórios.

A partir de revisão bibliográfica e análise de dados secundários extraídos de fontes oficiais e estudos regionais recentes, o texto propõe uma reflexão crítica sobre os mecanismos que sustentam a desigualdade de gênero na liderança amazônica. Estruturado em quatro seções, o artigo apresenta, inicialmente, os fundamentos teóricos da análise; em seguida, expõe os procedimentos metodológicos; depois, discute os principais resultados empíricos e, por fim, traz considerações finais com propostas para ampliar o protagonismo feminino na região. Espera-se contribuir para a ampliação de debates interdisciplinares sobre gênero, poder e território na Amazônia Legal.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1. Gênero, Liderança e Interseccionalidade

A compreensão de gênero como uma construção social e histórica tem sido central para a análise das desigualdades nas estruturas de poder. Conforme argumenta Joan Scott (1986), o

gênero deve ser entendido como uma categoria analítica que organiza as relações sociais com base nas diferenças percebidas entre os sexos. Essa perspectiva permite compreender como as normas de masculinidade e feminilidade moldam os espaços institucionais, limitando a presença e a legitimidade das mulheres em posições de liderança.

A interseccionalidade, proposta por Kimberlé Crenshaw (1991), amplia esse debate ao evidenciar que o gênero não atua isoladamente, mas se articula com outras categorias como raça, classe e território. Mulheres negras, indígenas e ribeirinhas da Amazônia Legal experienciam múltiplas camadas de opressão, o que exige uma abordagem sensível às particularidades regionais e históricas desses grupos sociais.

No campo da liderança, diversas abordagens teóricas já identificaram as distorções de acesso entre homens e mulheres aos cargos de decisão. Enquanto modelos tradicionais de liderança valorizam atributos associados ao masculino, como assertividade e racionalidade, a liderança feminina ainda é associada a traços afetivos, o que gera julgamentos assimétricos de competência (Eagly & Carli, 2007).

Um dos principais entraves enfrentados por mulheres na ascensão profissional é o chamado “teto de vidro”, metáfora que representa barreiras invisíveis que limitam sua progressão na hierarquia organizacional. Para além desse conceito, Eagly e Carli (2007) propuseram o “labirinto da liderança”, uma metáfora ainda mais complexa que ilustra os caminhos sinuosos, cheios de desvios e obstáculos estruturais que mulheres enfrentam até alcançar cargos de poder.

Os estereótipos de gênero operam como dispositivos de controle simbólico, naturalizando a divisão sexual do trabalho e reforçando a masculinização dos espaços de decisão. Nas estruturas públicas e privadas da Amazônia Legal, essa masculinização se revela na baixa representatividade feminina em conselhos, diretorias e cargos de chefia, especialmente em municípios do interior e em organizações tradicionais.

A invisibilidade das lideranças femininas em contextos periféricos não se deve à ausência de competência ou engajamento, mas à desvalorização histórica dos saberes e práticas desenvolvidas por mulheres em seus territórios. Essas lideranças muitas vezes operam fora dos espaços formais, exercendo poder político e comunitário em associações, coletivos, sindicatos ou organizações religiosas.

A cultura organizacional das instituições, marcada por valores androcêntricos e por vieses inconscientes, também contribui para a reprodução da desigualdade de gênero. Estudos indicam que esses vieses afetam tanto processos seletivos quanto avaliações de desempenho, reduzindo as chances de promoção de mulheres em ambientes dominados por normas masculinas (Brescoll, 2011).

O poder simbólico das instituições funciona como um campo de disputa sobre o que é considerado liderança legítima. Como explica Bourdieu (1998), o poder simbólico é exercido de modo invisível, por meio da naturalização de determinadas normas e estruturas. Nesse sentido, o desafio para as mulheres não é apenas ocupar cargos, mas também redefinir os significados associados ao poder.

Saberes femininos relacionados ao cuidado, à escuta, à coletividade e à mediação de conflitos, frequentemente são marginalizados nos modelos organizacionais clássicos, mas representam formas potentes de liderança, especialmente em contextos de crise e reconstrução territorial como os vividos em muitas comunidades da Amazônia.

A liderança horizontal, comunitária e relacional praticada por mulheres em espaços locais desafia os paradigmas hierárquicos tradicionais. Essa forma de condução baseada em vínculos afetivos, compromissos éticos e mediação coletiva revela-se mais eficiente em

processos de desenvolvimento comunitário e construção de políticas participativas (Alvarez, 2022).

As críticas à meritocracia e à suposta neutralidade das instituições são essenciais para compreender a exclusão de mulheres em contextos amazônicos. A lógica meritocrática ignora as desigualdades estruturais e perpetua a ideia de que o sucesso depende unicamente de esforço individual, desconsiderando as barreiras impostas por gênero, raça e território (Fraser, 2009).

A escuta ativa e o reconhecimento das trajetórias diversas de mulheres são elementos fundamentais para promover ambientes organizacionais mais justos e inclusivos. Incluir mulheres não é apenas uma questão de representação, mas de transformação institucional: implica repensar as formas de gestão, os critérios de competência e os mecanismos de decisão.

Por fim, a representatividade importa não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos. A presença de mulheres em espaços de poder precisa ser acompanhada de condições estruturais para que exerçam liderança com autonomia, legitimidade e impacto. Isso inclui desde a valorização de suas experiências até a construção de redes de apoio e políticas inclusivas.

2.2. Desigualdade Estrutural e Capacidade Institucional na Amazônia Legal

A Amazônia Legal apresenta um cenário de desigualdade estrutural historicamente enraizada, que afeta diretamente a dinâmica de acesso das mulheres aos espaços de poder. A configuração social da região foi moldada por processos coloniais e patriarcais que ainda se reproduzem nas práticas institucionais atuais, refletindo um modelo de Estado que falha em garantir equidade territorial (Ribeiro, 2019). Esse panorama é agravado pela distância geográfica, pela ausência de infraestrutura básica e pela fragilidade da presença estatal em muitos municípios.

No setor público, a sub-representação feminina em cargos de decisão é notória. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (2024), apenas 20 dos 144 municípios do Pará são governados por mulheres, o que representa cerca de 13,8%. No setor privado, a participação feminina também é reduzida: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), as mulheres ocupam apenas 37,2% dos cargos de direção e gerência na região Norte, percentual inferior à média nacional. Essa exclusão reflete uma combinação de ausência de políticas afirmativas, machismo institucional e desvalorização das trajetórias femininas.

A escassez de políticas públicas com recorte de gênero evidencia limitações da capacidade institucional do Estado para lidar com desigualdades estruturais. Conforme Gomide e Pires (2014), a capacidade estatal envolve dimensões técnico-administrativas e político-relacionais. Na Amazônia Legal, ambas são frágeis: de um lado, há carência de servidores capacitados e recursos administrativos; de outro, falta articulação entre diferentes níveis de governo e com organizações sociais locais, o que compromete a efetividade das políticas de inclusão.

A centralização decisória, típica de sistemas burocráticos distantes da realidade amazônica, compromete a territorialização das políticas públicas. Como observa Diniz (2010), a elaboração de políticas sem escuta ativa das comunidades locais perpetua uma lógica de invisibilização dos saberes e necessidades regionais. No caso das mulheres amazônicas, isso se traduz em iniciativas descoladas da realidade de indígenas, ribeirinhas, quilombolas e outras populações tradicionais.

Um dos obstáculos centrais para o enfrentamento da desigualdade institucional é a ausência de dados desagregados por gênero, raça e localização geográfica. Essa lacuna compromete o diagnóstico preciso e a formulação de políticas baseadas em evidências. Segundo

relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2022), apenas 39% dos municípios da Amazônia Legal produzem relatórios com indicadores sociais sensíveis a gênero e raça.

As normas institucionais, muitas vezes, operam como filtros excludentes. Regras aparentemente neutras sobre escolaridade, experiência ou dedicação exclusiva desconsideram as desigualdades acumuladas por mulheres ao longo de suas trajetórias, especialmente aquelas que acumulam jornadas de cuidado ou residem em regiões isoladas. Essa falsa neutralidade institucional é criticada por Fraser (2009), ao afirmar que a justiça só é efetiva quando reconhece as desigualdades de origem.

A precarização das condições de trabalho também afeta de maneira desproporcional as mulheres da região. Dados da PNAD Contínua (IBGE, 2023) indicam que as mulheres do Norte ganham, em média, 24% menos que os homens em ocupações semelhantes. Entre as mulheres negras e indígenas, essa diferença ultrapassa os 30%, refletindo a interseccionalidade das desigualdades de gênero e raça.

Outro fator importante é o racismo institucional, que atua silenciosamente para manter lideranças racializadas fora dos espaços de decisão. Conforme aponta Piscitelli (2008), o racismo no Brasil opera por meio da exclusão simbólica e da deslegitimação de saberes não hegemônicos. Na prática, isso significa que lideranças indígenas e quilombolas femininas, mesmo quando atuantes, são raramente reconhecidas institucionalmente como autoridades legítimas.

A violência institucional, especialmente nas formas de assédio moral, político e sexual, opera como mecanismo de silenciamento e controle. Em 2023, a plataforma da Justiça Eleitoral registrou aumento nos relatos de violência política de gênero durante processos eleitorais em municípios do Norte (TSE, 2024). Esse tipo de violência mina a permanência de mulheres em espaços públicos e desencoraja outras a disputar posições de poder.

Apesar das barreiras, algumas iniciativas têm sinalizado avanços. No Pará, por exemplo, o Programa Elas nas Lideranças, coordenado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, promove formação política para mulheres em municípios do interior, com recorte interseccional e territorial. A articulação de coletivos femininos, como a Rede Jandyras e o Movimento de Mulheres do Baixo Amazonas, também tem fortalecido a presença de lideranças locais nas agendas públicas.

Estudos recentes apontam que a presença de mulheres em cargos de gestão contribui para a ampliação da transparência, da inovação institucional e da sensibilidade social na formulação de políticas (RASEAM, 2023). Quando ocupam espaços de decisão, as mulheres tendem a incorporar práticas colaborativas, pautadas no cuidado e na escuta, rompendo com padrões autoritários e tecnocráticos tradicionais.

No entanto, a sustentabilidade dessas experiências depende da institucionalização de mecanismos permanentes de inclusão, como cotas, editais direcionados, conselhos participativos com paridade de gênero e ações afirmativas no serviço público. A ausência desses instrumentos impede a consolidação de trajetórias femininas nos espaços de poder e mantém a desigualdade como estrutura duradoura.

Por fim, é urgente avançar na produção de diagnósticos e sistemas de monitoramento com enfoque de gênero, raça e território. Apenas com dados de qualidade, construídos com participação social, será possível formular políticas públicas realmente eficazes para enfrentar as desigualdades que atingem as mulheres da Amazônia Legal

2.3. Saberes Femininos, Território e Resistência

A compreensão da Amazônia como território plural exige uma leitura que reconheça os saberes, práticas e formas de organização construídas historicamente pelas mulheres. Nas comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e urbanas periféricas, as mulheres exercem papéis centrais na reprodução da vida, na gestão dos bens comuns e na articulação comunitária. Essas práticas, muitas vezes desconsideradas pelas políticas institucionais, compõem um arcabouço de conhecimento que desafia a lógica hegemônica do desenvolvimento (Cabnal, 2010).

O conceito de “corpo-território”, elaborado por autoras como Lorena Cabnal (2010), propõe uma relação indissociável entre os corpos das mulheres e os territórios que habitam. A violência sobre o território é também uma violência sobre os corpos femininos, especialmente em contextos de avanço do extrativismo, da grilagem e da militarização da Amazônia. Nesse sentido, resistir enquanto mulher amazônida é também reivindicar soberania sobre seu corpo, seus saberes e sua comunidade.

As lideranças femininas nas comunidades amazônicas constroem estratégias de cuidado coletivo, solidariedade intergeracional e organização social baseadas em práticas ancestrais. Mulheres como as pajés, parteiras, benzedeiras, agricultoras e pescadoras articulam um tipo de liderança que não se pauta pela autoridade formal, mas pelo reconhecimento comunitário de sua importância simbólica e prática.

A atuação de mulheres indígenas em suas organizações tem crescido significativamente. A exemplo disso, destaca-se a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), que atua na defesa de direitos territoriais, ambientais e de gênero. No contexto do Pará, a liderança da cacica Edinalva da aldeia Katxuyana-Tunayana, no município de Oriximiná, representa um exemplo concreto da articulação entre território e resistência feminina (ISA, 2023).

As mulheres quilombolas também têm desempenhado papel de destaque na luta por regularização fundiária, segurança alimentar e acesso a políticas públicas. No Baixo Amazonas, o protagonismo das mulheres nas associações comunitárias, especialmente nas decisões sobre o uso coletivo da terra, tem sido fundamental para manter os modos de vida tradicionais e frear pressões externas sobre os territórios.

Saberes ancestrais, como o manejo sustentável da floresta, o uso de plantas medicinais e a gestão comunitária da água e do solo, são transmitidos por mulheres em práticas cotidianas que contribuem para a conservação ambiental. Esse conhecimento tradicional feminino é frequentemente marginalizado pelas abordagens tecnocráticas, mas constitui uma epistemologia potente para pensar políticas públicas sensíveis ao território.

A centralidade do cuidado nas práticas de liderança feminina na Amazônia revela um modelo alternativo de gestão comunitária, baseado em redes de confiança, diálogo e reciprocidade. Autoras como Joan Tronto (2013) argumentam que o cuidado é uma prática política e estruturante das relações sociais, sobretudo em contextos de vulnerabilidade como os vividos em muitas comunidades amazônicas.

As redes de apoio entre mulheres têm se fortalecido como estratégia de resistência e superação das barreiras institucionais. Coletivos como o Rede Mulheres Empreendedoras da Amazônia e a Rede Jandyras atuam promovendo formação política, geração de renda, fortalecimento identitário e apoio jurídico. Essas redes se estruturam com base na confiança, horizontalidade e pertencimento territorial.

A atuação de mulheres na bioeconomia de base comunitária também revela formas de liderança que articulam sustentabilidade, inovação e inclusão. Em projetos de agricultura familiar, cooperativismo, turismo de base comunitária e extrativismo, as mulheres lideram

cadeias produtivas sustentáveis que mantêm a floresta em pé e promovem o desenvolvimento local com justiça social (TNC Brasil, 2023).

A comunicação comunitária, a arte e a oralidade são também ferramentas de resistência usadas por mulheres amazônidas para denunciar violências, reivindicar direitos e fortalecer suas culturas. O uso das rádios comunitárias, dos grupos de teatro, das rodas de conversa e dos rituais tradicionais expressa uma liderança contra-hegemônica, enraizada na memória coletiva e na ancestralidade.

A espiritualidade também é um elemento presente nas formas de liderança e resistência feminina. Os rituais, as rezas e os cantos não são apenas manifestações culturais, mas expressam uma cosmo percepção que integra o sagrado, o político e o ecológico. Como apontam Espinosa Miñoso et al. (2014), é preciso reconhecer essas formas de saber como parte legítima da epistemologia decolonial.

O feminismo amazônico, construído a partir das vozes das mulheres do território, se distancia de concepções universalistas. Ele reivindica o direito à diferença, o respeito à cultura e à autonomia das mulheres sobre seus corpos e territórios. Trata-se de um feminismo situado, que desafia tanto o patriarcado quanto o colonialismo epistêmico (Almeida, 2019).

Ao reconhecer os saberes e práticas das mulheres amazônidas, esta subseção reafirma que resistir, cuidar e liderar não são ações isoladas, mas processos políticos enraizados na coletividade e na defesa dos territórios. Valorizar essas trajetórias é essencial para construir políticas públicas e formas de gestão que dialoguem com a realidade e a potência da Amazônia feminina.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-empírica, com o objetivo de analisar criticamente os desafios institucionais e socioculturais enfrentados por mulheres na liderança pública e privada na Amazônia Legal. A escolha metodológica está ancorada na perspectiva crítica, que busca compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, considerando as múltiplas determinações que estruturam a realidade (Minayo, 2008).

O estudo tem caráter exploratório e descritivo, permitindo a identificação de padrões, barreiras e estratégias relacionadas à atuação de mulheres em espaços de decisão na região. Foram utilizados dados secundários provenientes de fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre outros organismos especializados que disponibilizam informações sobre gênero, trabalho, políticas públicas e desigualdades regionais.

A seleção dos dados foi guiada por critérios de relevância temporal (2022–2024), recorte territorial (Amazônia Legal, com foco em estados como Pará, Amazonas e Maranhão) e enfoque temático (representatividade feminina em cargos de liderança, violência política de gênero, capacidade institucional e experiências de resistência). Além das bases estatísticas, também foram analisados documentos técnicos, relatórios de organismos internacionais (ONU Mulheres, CEPAL) e experiências sistematizadas por organizações da sociedade civil.

A análise dos dados se deu por meio de leitura crítica e categorização temática, com ênfase na articulação entre os conceitos de gênero, interseccionalidade, território e capacidade institucional. Essa estratégia permitiu construir uma interpretação contextualizada, conectando

teoria e realidade empírica a partir de uma perspectiva decolonial e feminista, voltada para a valorização dos saberes e trajetórias das mulheres amazônidas.

A metodologia utilizada neste estudo reconhece as limitações inerentes ao uso exclusivo de dados secundários, especialmente diante da carência de indicadores desagregados por gênero, raça e localidade nos estados amazônicos. Ainda assim, a triangulação entre fontes públicas, estudos científicos e experiências de base comunitária fortalece a confiabilidade das análises apresentadas e amplia a compreensão sobre os fatores que condicionam a presença (ou ausência) de mulheres na liderança regional.

Além da análise documental e estatística, a construção deste estudo foi guiada por uma postura epistemológica feminista interseccional, que valoriza os saberes situados e reconhece as experiências das mulheres amazônidas como fontes legítimas de conhecimento. Essa escolha metodológica parte da crítica às epistemologias hegemônicas, que frequentemente invisibilizam as formas de produção de sentido construídas por mulheres negras, indígenas, ribeirinhas e periféricas (Espinosa Miñoso, 2014). Assim, a metodologia adotada não apenas organiza dados, mas propõe uma leitura crítica e situada da realidade amazônica, articulando análise empírica com compromisso político e ético.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados analisados revelam um panorama de desigualdade persistente na ocupação de cargos de liderança por mulheres na Amazônia Legal. No setor público, apenas 9,7% das prefeituras da região são chefiadas por mulheres, proporção inferior à média nacional de 12,1% (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2024). No estado do Pará, esse percentual é de apenas 13,9%, com 20 mulheres prefeitas em um universo de 144 municípios. Essa sub-representação se repete nas câmaras municipais, onde as mulheres ocupam, em média, menos de 15% das cadeiras legislativas, apesar de representarem mais de 50% do eleitorado.

No setor privado, dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Central de Empresas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023) apontam que apenas 20,8% das empresas com sede na Amazônia Legal têm mulheres em cargos de direção ou gerência. A participação feminina é ainda menor entre mulheres negras, ribeirinhas e indígenas, o que evidencia as barreiras interseccionais à liderança. Mulheres negras representam apenas 4,6% das gestoras na região, embora constituam parcela significativa da população economicamente ativa (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2022).

Esses dados confirmam que a desigualdade de gênero na liderança amazônica é estruturante e atravessada por outros marcadores sociais da diferença. A combinação entre machismo institucional, racismo estrutural e desigualdade territorial resulta na marginalização de trajetórias femininas em setores estratégicos. A escassez de lideranças femininas em posições de tomada de decisão compromete a responsividade das políticas públicas e aprofunda assimetrias no acesso a recursos, representação e reconhecimento.

Análises de documentos oficiais, como planos plurianuais e relatórios de gestão, evidenciam que poucos municípios da Amazônia Legal incluem metas ou indicadores de gênero em seus instrumentos de planejamento. A invisibilidade de recortes de gênero e raça compromete a elaboração de diagnósticos adequados e a proposição de soluções efetivas. Além disso, mesmo em administrações chefiadas por mulheres, não há garantia de que questões de gênero sejam priorizadas, especialmente na ausência de formação política continuada e suporte institucional.

Em contrapartida, estudos de caso em territórios amazônicos revelam que mandatos de prefeituras e projetos liderados por mulheres têm impulsionado a institucionalização de políticas públicas mais sensíveis às questões sociais. Destaca-se, por exemplo, a experiência da prefeita de Abaetetuba (PA), que criou a Coordenadoria Municipal da Mulher e implantou uma Casa de Acolhimento para vítimas de violência. Tais ações refletem a contribuição da liderança feminina para agendas integradas de cuidado, proteção social e autonomia econômica.

As lideranças femininas, porém, enfrentam adversidades cotidianas em ambientes institucionalmente hostis. Relatos de assédio moral, deslegitimação técnica, violência política e falta de apoio são frequentes. Muitas mulheres relatam a necessidade de "provar competência" constantemente, mesmo diante de currículos e experiências robustas. Essa realidade materializa o "labirinto da liderança" descrito por Eagly e Carli (2007), em que o acesso ao poder é marcado por trajetórias sinuosas e obstáculos velados.

No campo da sociedade civil, observa-se a formação de redes de resistência lideradas por mulheres amazônidas. Coletivos como a Rede Jandyras, o Movimento de Mulheres do Baixo Amazonas e a Rede de Mulheres Empreendedoras da Amazônia articulam saberes ancestrais, território e economia solidária para fortalecer a atuação política e econômica das mulheres. Essas redes têm desempenhado papel essencial na formação de lideranças locais e na incidência em políticas públicas, e na amplificação das vozes femininas historicamente silenciadas.

Portanto, os resultados indicam que a liderança feminina na Amazônia Legal é atravessada por desafios históricos e estruturais, mas também por potentes formas de resistência e inovação. Valorizar e apoiar essas lideranças exige a adoção de instrumentos de gestão sensíveis à interseccionalidade, bem como a construção de ambientes institucionais acolhedores e participativos. A presença de mulheres nos espaços de decisão não apenas amplia a pluralidade de visões, mas também contribui para um modelo de desenvolvimento mais justo, territorializado e sintonizado com os desafios da Amazônia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que a sub-representação feminina na liderança pública e privada na Amazônia Legal é um fenômeno complexo, atravessado por estruturas históricas de opressão que combinam desigualdade de gênero, racismo institucional e exclusão territorial. Ao articular dados empíricos recentes e fundamentos teóricos interseccionais, o artigo demonstrou como as barreiras institucionais e socioculturais limitam a ascensão e a permanência de mulheres nos espaços de decisão, especialmente no contexto amazônico.

A análise também revelou que, mesmo diante de um ambiente predominantemente excludente, mulheres constroem formas alternativas e eficazes de liderar, pautadas no cuidado, na solidariedade, na articulação comunitária e na defesa dos territórios. Experiências como as redes de resistência, iniciativas municipais inovadoras e o fortalecimento do empreendedorismo feminino demonstram que as mulheres da Amazônia Legal não são apenas vítimas de um sistema desigual, mas protagonistas ativas na transformação social e institucional da região.

Conclui-se que promover a liderança feminina na Amazônia Legal não se trata apenas de uma agenda de equidade de gênero, mas de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e inclusivo. A institucionalização de mecanismos de participação, a produção de dados desagregados por gênero e raça, a formação de lideranças e o combate à violência política são medidas urgentes para consolidar um modelo de governança mais plural, justo e territorializado.

Por fim, o artigo propõe que futuros estudos aprofundem a escuta e a sistematização das trajetórias femininas na região, ampliando o repertório empírico e político sobre liderança,

gênero e Amazônia. A construção de uma região mais justa passa necessariamente pela valorização da voz, da experiência e da presença das mulheres em todas as esferas do poder.

6 REFERÊNCIAS

- Almeida, Sérgio Luiz. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen.
- Alvarez, Sônia E. (2022). Feminismos e transformações sociais na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, 30(1), e80189. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n180189>
- Bourdieu, Pierre. (1998). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.
- Brescoll, Victoria L. (2011). Who takes the floor and why: Gender, power, and volubility in organizations. *Administrative Science Quarterly*, 56(4), 622–641. <https://doi.org/10.1177/0001839212439994>
- Cabnal, Lorena. (2010). *El territorio cuerpo-tierra: Una propuesta teórica desde la experiencia de mujeres indígenas*. Asociación de Mujeres Indígenas.
- Crenshaw, Kimberlé. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299. <https://doi.org/10.2307/1229039>
- Diniz, Daniela. (2010). Territórios e políticas públicas: Entre o plano e o chão. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 12(2), 35–49.
- Eagly, Alice H., & Carli, Linda L. (2007). *Through the labyrinth: The truth about how women become leaders*. Harvard Business Press.
- Espinosa Miñoso, Yuderkys, Ribeiro, Djamila, & Guzmán, Betty. (2014). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. En la Frontera.
- Fraser, Nancy. (2009). Reframing justice in a globalizing world. In *Scales of justice: Reimagining political space in a globalizing world* (pp. 12–29). Columbia University Press.
- Gomide, Alexandre Afonso, & Pires, Roberto Rocha C. (2014). Capacidades estatais e democracia: A abordagem dos arranjos institucionais para a implementação de políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, 65(4), 439–464. <https://doi.org/10.21874/rsp.v65i4.193>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. <https://www.ibge.gov.br>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Cadastro Central de Empresas: Indicadores das empresas da Amazônia Legal*. <https://www.ibge.gov.br>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2022). *Panorama da produção e uso de indicadores sociais nos municípios da Amazônia Legal*. <https://www.ipea.gov.br>

Instituto Socioambiental. (2023). *Cacica Edinalva: Liderança Katxuyana-Tunayana e a defesa do território*. <https://www.socioambiental.org>

Minayo, Maria Cecília de Souza. (2008). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.

Piscitelli, Adriana. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263–274.

Ribeiro, Djamila. (2019). *O que é lugar de fala?*. Letramento.

The Nature Conservancy. (2023). *Projeto Amazônia: Bioeconomia da sociobiodiversidade*. https://www.tnc.org.br/content/dam/tnc/nature/en/documents/brasil/projeto_amazonia_bioeconomia.pdf

Tribunal Superior Eleitoral. (2024). *Estatísticas de candidaturas e prefeitas eleitas no Brasil*. <https://www.tse.jus.br>